

---

**Programa 2041 - Geologia**


---

<b>Objetivo</b>	<b>0481 - Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.</b>
-----------------	--

<b>Órgão Responsável</b>	<b>32000 - Ministério de Minas e Energia</b>
--------------------------	--

---

**Caracterização do Objetivo**


---

A Mineração em Pequena Escala (MPE) está distribuída em todo o território nacional e caracteriza-se por ser intensiva em mão de obra pouco qualificada. Pode ser dividida em dois grandes grupos: o de extração de bens minerais de alto valor econômico (gemas, metais preciosos, metais de uso industrial) e o de bens minerais de uso na construção civil.

A informalidade e os padrões operacionais insatisfatórios em relação à proteção ambiental e à segurança do trabalho se destacam como os principais problemas do segmento, trazendo consigo a impossibilidade de acesso a qualquer tipo de apoio oficial. Portanto, faz-se necessário um olhar diferenciado para o alcance da sustentabilidade.

É importante destacar a potencialidade da MPE na superação de pobreza mediante a geração de renda, emprego e encadeamento com outras atividades produtivas locais. Nesse sentido, faz-se necessário o fortalecimento institucional das organizações de mineradores em pequena escala.

Além disto, o resultado da Conferência Rio+20 deu como mandato que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem ser coerentes e integrados com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015. A erradicação da pobreza, a mudança dos padrões insustentáveis e promoção dos padrões sustentáveis de consumo e produção, e a proteção e gestão da base de recursos naturais do desenvolvimento econômico e social são os objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

As pessoas são o centro do desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, a Rio +20 prometeu trabalhar para promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, desenvolvimento social e proteção ambiental e, assim, beneficiar a todos, e é nesse cenário que se que os governos devem se posicionar. As políticas de governo não devem ser norteadas apenas pelos macros indicadores, como por exemplo, a contribuição dos segmentos produtivos ao PIB, pois dessa forma não teremos políticas que alcancem os pequenos produtores da mineração.

Neste sentido, pelo menos quatro questões básicas, relacionadas à mineração em pequena escala, precisam ser atendidas para melhor formulação das políticas públicas:

- Qual o tamanho e distribuição geográfica da MPE no Brasil?
- Qual a produção por substância mineral?
- Qual a dimensão socioeconômica e ambiental desta atividade?
- Quais os componentes limitadores, pontos de estrangulamento ou restrição para a formalização da atividade?

O fortalecimento institucional dessas organizações deve passar por uma série de medidas, tais como:

- Estabelecimento de um marco legal apropriado;
- Divulgação de informações mostrando a importância do subsetor aos tomadores de decisão no Estado e na indústria;
- Mecanismos de apoio técnico para o melhoramento das condições de trabalho, de saúde e da gestão ambiental, empresarial e financeira;

- Políticas e instrumentos que facilitem o acesso a crédito;
- Políticas de incentivos fiscais e creditícios relacionados ao desempenho ambiental e social da MPE;
- Articulação da MPE com universidades e centros de pesquisa para abordar seus desafios mais complexos, aproveitando o interesse da cooperação técnica internacional sobre o tema.

Assim, fez-se necessário um amplo levantamento da mineração em pequena escala no Brasil com as seguintes dimensões de análise:

- Dimensão setorial, através das substâncias de minerais não-metálicos e metálicos listadas e utilizadas pelo DNPM, sabendo que o DNPM utiliza dados baseados em substâncias minerais;
- Dimensão geográfica, considerando-se o município como unidade básica de referência;
- Dimensão legal, considerando a legislação incidente sobre a atividade;
- Dimensão porte empresarial, considerando-se a mineração artesanal, as micros, pequenas e médias empresas como as unidades produtivas relevantes;
- Dimensões socioeconômica e ambiental.

São estes os principais desafios a serem superados pela ação conjunta dos diversos atores representantes do Estado, indústria, sociedade civil e organizações de pequenos mineradores, e as razões do porquê estabelecer esse objetivo no PPA.

Para contribuir com o objetivo, torna-se fundamental o cumprimento da meta “Elaborar e implantar o programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais – APLs de Base Mineral”. O apoio aos APLs de base mineral é uma importante política do Governo Federal ao encaminhamento das questões relacionadas à mineração em pequena escala. Os APLs constituem uma cadeia produtiva diversificada e contempla desde a pesquisa e extração de insumos minerais até o acabamento e a comercialização dos produtos.

No âmbito desta atuação, a iniciativa “Realização do planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável de 4 APLs de Base Mineral pela aplicação da metodologia de processos prospectivos” será conduzida pela SGM/MME, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC/MCTI. Será adotada a metodologia do “Processo Prospectivo” para elaboração do planejamento estratégico e do plano de ação, em médio e longo prazo, visando a constituição dos APLs de base mineral. As etapas do processo prospectivo serão utilizadas para o planejamento de 20 anos e considera o envolvimento de agentes sociais, a saber: empresários; representantes do governo federal, estadual e municipal; trabalhadores do setor; instituições de ensino; representantes da sociedade; e organizações não governamentais.

A SGM/MME também implantará, em ação conjunta com a SETEC/MCTI, a iniciativa de “Apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação e sua transferência e difusão para as empresas de mineração organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs, com apoio da RedeAPLmineral”.

Outra importante iniciativa apresentada pela SGM/MME refere-se a realização do “estudo socioeconômico e ambiental da mineração em pequena escala no Brasil”. Trata-se de uma iniciativa a ser custeada com recursos externos, advindos do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (BIRD).

O diagnóstico da MPE brasileira deverá contribuir com as diretrizes para o planejamento estratégico, que se relaciona com objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, estabelecidos no PNM-2030.

Alguns pontos deverão ser observados, no que se refere ao planejamento estratégico, dentre os quais:

- Visão integrada das políticas, planos e programas governamentais existentes, no que tange a atividade mineral;
- Identificação de componentes limitadores, pontos de estrangulamento ou restrição para a formalização da atividade, no que tange ao encadeamento de ações estruturantes; e
- Antecipação dos prováveis impactos das ações e dos projetos que serão realizados para a implementação das políticas, planos e programas.

Na elaboração dos diagnósticos são necessários indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, cobrindo as diversas temáticas da realidade da atividade mineral. Para isso serão realizadas as seguintes ações:

- Diagnosticar a MPE, conhecendo a localização, produção, porte do empreendimento, número de empregados, situação legal frente aos órgãos licenciadores e DNPM, estágio tecnológico, natureza dos recursos minerais, formas de aproveitamento do recurso mineral, situação ambiental, dentre outras informações necessárias ao conhecimento da estrutura produtiva;
- Caracterizar as diversas formas de organização da MPE, com ênfase nos aspectos sociais, culturais, de gênero, de trabalho e político-organizativos;
- Identificar e analisar as potencialidades das organizações da MPE, a partir de pesquisa de campo e entrevistas com os atores envolvidos;
- Identificar e analisar as relações das organizações de mineradores em pequena escala com outros atores sociais, incluindo o Estado, as empresas de mineração e comerciais e organizações da sociedade civil, com ênfase nos âmbitos locais, a partir de pesquisa de campo e entrevistas com os atores envolvidos;
- Estabelecimento das principais demandas para linhas de fomento e financiamento;
- Identificar componentes limitadores, pontos de estrangulamento ou restrição para a formalização da atividade;
- Identificar e analisar planos, programas e projetos que influenciam o uso atual e futuro da MPE;
- Fazer recomendações para a adequação ou geração de políticas públicas que se ajustem às diversas culturas organizativas dos mineradores em pequena escala.

Os resultados advindos desse estudo devem proporcionar: maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala; melhor governabilidade do setor; melhorar o desempenho ambiental e técnico e o desenvolvimento socioeconômico; o estabelecimento de parcerias mais eficazes; renda aceitável por meio de práticas produtivas de mineração que fortaleçam a infraestrutura e os serviços locais; desenvolvimento de melhores práticas; e conhecimento dos impactos gerados pelas práticas inadequadas da mineração.

A MPE, incluindo-se aí os garimpos, constituem uma questão complexa para o desenvolvimento do País, apresentando desafios e oportunidades, dentre os quais destacam-se a formalização, o fortalecimento do cooperativismo, a gestão de conflitos socioambientais e as ações de extensionismo mineral. Neste sentido, a meta de “Realizar ações de extensionismo mineral em 100 empreendimentos de pequena mineração” contribuirá com o objetivo. As ações extensionismo se darão junto a pequenas e médias mineradoras ilegais sob os seguintes aspectos: da lavra sem concessão/licença em desacordo com a legislação mineral, com problema de produção e risco de segurança e lavra com problema de degradação ambiental.

As iniciativas e metas relacionadas ao objetivo em tela estão em sintonia com o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM-2030, no que concerne a implementação de políticas públicas em direção ao desenvolvimento sustentável do setor mineral nos próximos 20 anos.